

PANORAMA DO ASSOCIATIVISMO DOS ARQUIVISTAS NA PARAÍBA

Sonia Scoralick de Almeida¹
Rayan Aramis de Brito Feitoza²
Regia Sueli Felix³

RESUMO: Discute a importância do associativismo e seu panorama na classe arquivística no estado da Paraíba. O objetivo geral desta pesquisa foi analisar o quadro situacional do associativismo dos arquivistas na Paraíba, levando em consideração que, na capital paraibana o curso de arquivologia é oferecido pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e assim fazer uma correlação entre o quantitativo de arquivistas com o número de associados na AAPB. O procedimento metodológico escolhido para conduzir este estudo caracteriza-se como pesquisa bibliográfica, exploratório e descritivo, com uma abordagem quantiquantitativa. A coleta de dados foi realizada por e-mail, de acordo com o canal disponibilizado e por informação fornecida pelo Fórum Nacional das Associações de Arquivologia do Brasil. A análise dos dados foi por meio das informações coletadas em confronto com a literatura da área. Para efeito comparativo entre o número de concluintes nas duas instituições que oferecem o curso no estado da Paraíba, que somam 602, para o número 166 com o registro de arquivista, ainda há uma grande defasagem. Podemos inferir que em termos de associativismo, tanto em nível nacional, como mais especificamente no estado da Paraíba, os números são abaixo da média, o que inviabiliza o fortalecimento da classe e dificulta a possibilidade de um futuro conselho profissional da categoria.

Palavra-chave: Associativismo. Associação. Arquivistas.

PANORAMA OF ASSOCIATIVISM OF ARCHIVISTS IN PARAÍBA

ABSTRACT: This paper discusses the importance of associativism and its panorama in the archival class in the state of Paraíba. The general objective of this research was to analyze the situation of archivists' associations in Paraíba, taking into account that in the capital of Paraíba the archivology course is offered by the State University of Paraíba (UEPB) and the Federal University of Paraíba (UFPB), and thus establish a correlation between the number of archivists and the number of associates in the AAPB. The methodological procedure chosen to conduct this study is characterized as a bibliographic, exploratory and descriptive research, with a quanti-qualitative approach. The data collection was done by e-mail, according to the provided channel and for information supplied by the National Forum of Associations of Archivology of Brazil. The analysis of the data was made through the information collected, in comparison with the literature of the area. For a comparative effect between the number of graduates in the two institutions offering the course in the state of Paraíba, which add up to 602, compared to the number 166 with the archivist registration, there is still a large gap. We

¹ Graduada em Arquivologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), e-mail: soniascoralick@gmail.com;

² Mestrando em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) e Graduado em Arquivologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), e-mail: rayanbritof@gmail.com;

³ Graduada em Arquivologia pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), e-mail: regia1610felix@gmail.com

can infer that in terms of associativism, both at the national level, and more specifically in the state of Paraíba, the numbers are below average, which makes it unfeasible to strengthen the class and hampers the possibility of a future professional council of the category.

Keywords: Associativism. Association. Archivists.

1 INTRODUÇÃO

O indivíduo, definido por Aristóteles como um ser social, caracteriza-se pela necessidade de associar-se a outros na busca pela sua completude. Medeiros (2017, p. 4) cita Aristóteles que, em sua obra *POLÍTICA – Livro I, I,11*, considera que “o indivíduo, quando isolado, não é autossuficiente, no entanto, ele o é (autossuficiente) como parte relacionada com o conjunto, e ainda como “um animal racional que fala, pensa e que, além disso, tem necessidade natural de conviver em sociedade.”

De acordo com Vasconcellos e Valsiner (1995 apud MARQUEZAN; RAMPELOTO; TONINI, 2001, p. 36), para Piaget “o homem é um ser essencialmente social, impossível, portanto, de ser pensado fora do contexto da sociedade em que nasce e vive.” Associar-se, pressupõe agregar-se, reunir-se, propiciando aos indivíduos uma interação já que, em grupo, há uma unidade, apesar das diferenças individuais (EVANGELISTA; BAPTISTA; VERÍSSIMO, 2017).

Ao se associarem, as pessoas vêm aumentadas as possibilidades de realizações e o alcance de metas que talvez isoladamente não fosse possível. A junção de forma organizada de indivíduos que possuam objetivos comuns e compartilham ideias, possibilita que, o que se almejava individualmente, seja alcançado no coletivo. Conforme Luchmann (2014, p.167) “em associação, as pessoas desenvolvem sentidos e percepções da vida social que transcendem a dimensão individual e pessoal”.

Em uma associação, os indivíduos desenvolvem atividades voltadas para o atendimento de finalidades comuns de determinado segmento da sociedade que ela representa, assim como ações desenvolvidas com o fim de crescimento profissional com a promoção de treinamentos, palestras, minicursos, encontros e congressos. A visibilidade no mercado laboral e a interação entre os associados, além de convênios de diversas categorias, são algumas das benesses que, quando obtidas pela associação, se estendem ao grupo e alcançam a todos os pertencentes a uma mesma categoria.

O objetivo geral do trabalho é analisar o quadro situacional do associativismo dos arquivistas na Paraíba, levando em consideração que, na capital paraibana o curso de

arquivologia é oferecido pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e assim fazer uma correlação entreo quantitativo de arquivistas com o número de associados na Associação dos Arquivistas da Paraíba (AAPB).

Para alcançar o objetivo desta pesquisa, apresentamos os conceitos sobre associação e associativismo, abordamos sobre o papel das associações, sua importância e benefícios na representação dos seus associados, com um viés voltado para o associativismo da classe arquivística, ao mesmo tempo em que citamos as associações dos profissionais em arquivologia existentes no Brasil, e os seus respectivos números de associados, consideradas aquelas que nos enviaram as suas respostas. Por fim, apresentamos os cursos de graduação em Arquivologia existentes na Paraíba e a AAPB com suas metas para trazer visibilidade profissional aos arquivistas no estado.

Os procedimentos metodológicos escolhidos para conduzir este estudo, caracterizam-se de acordo com GIL (2008), como pesquisa bibliográfica aquela que “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”; de cunho exploratório porque “tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito” [...] estabelecendo assim, um aprimoramento de ideias. Descritiva porque “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis.” Com uma abordagem quantitativa por ser baseada na compreensão das características do quadro situacional a ser pesquisado, pela formulação do problema e pela natureza de como o material de coleta será obtido.

A coleta de dados deu-se junto às Coordenações dos cursos de Arquivologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) através do e-SIC⁴; e através dos canais de comunicação das associações de arquivistas no Brasil, constantes no site do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e da Executiva Nacional dos Estudantes de Arquivologia (ENEA) tendo sido solicitado a cada uma, o quantitativo de associados. A solicitação foi feita por e-mail de acordo com o canal disponibilizado e informado.

Das 12 associações existentes no Brasil, apenas duas nos responderam dentro dos canais citados acima. Em face disso, através de informação fornecida pelo Fórum Nacional das Associações de Arquivologia do Brasil (FNArq) foi possível obter os dados quantitativos de mais 06 associações de forma presencial em um evento ocorrido em Niterói/RJ junto aos presidentes das associações, no dia sete de maio de 2018. Com isso, as informações recebidas

⁴ Disponível em: <<https://esic.cgu.gov.br/sistema/site/index.aspx>>. Acesso em: 22 maio 2018.

referem-se a oito associações e serviram de parâmetro para o desenvolvimento deste trabalho. A análise dos dados foi por meio das informações coletadas em confronto com a literatura da área.

O trabalho encontra-se desenvolvido em cinco seções, inicialmente aborda a parte introdutória, contextualizando o objetivo da pesquisa, apresenta os conceitos e as características da associação e associativismo, elenca algumas contribuições do arquivista e os principais resultados e considerações finais.

2 ASSOCIAÇÃO E ASSOCIATIVISMO: conceitos e características

Formadas a partir do interesse em torno de um objetivo comum, as associações são sociedades sem fins lucrativos, criadas com o fim de atender aos interesses de muitos. Dependem de seus associados para que tenham força para lutar e conquistar o fortalecimento da categoria que representa, conforme define Luchmann (2014, p.164) “[...] as associações constituem recurso imprescindível na construção de conexões e relações baseadas em laços de solidariedade, confiança e de reciprocidade, elementos centrais na formação de atitudes e práticas de base cooperativa”. Identifica-se assim, que o associativismo, reconhecido como a ação de associar-se a uma entidade representativa, tem como seu papel principal, o exercício de uma prática de colaboração e união de esforços entre os seus participantes.

Na cartilha da Série Empreendimentos Coletivos, no site do SEBRAE⁵, vemos a seguinte definição:

Associação, em sentido amplo, é qualquer iniciativa formal ou informal que reúne pessoas físicas ou outras sociedades jurídicas com objetivos comuns, visando superar dificuldades e gerar benefícios para os seus associados. Formalmente qualquer que seja o tipo de associação, pode-se dizer que a associação é uma forma jurídica de legalizar a união de pessoas em torno de necessidades e objetivos comuns. Sua constituição permite a construção de melhores condições que aquelas que os indivíduos teriam isoladamente para a realização dos seus objetivos.

Conforme esclarece Souza (2011, p. 134), “os objetivos principais das associações profissionais existentes no Brasil consistem em congregar os profissionais e lutar por seus direitos.” Outra definição de associação, é dada pelo Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional do Maranhão (CREFITO16), em sua página na internet:

⁵ SEBRAE. PORTAL SEBRAE. **Série Empreendimentos Coletivos**. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/associacao-serie-empreendimentos-coletivos,3b0a15bfd0b17410VgnVCM1000003b74010aRCRD>>. Acesso em: 22 mai. 2018.

Pessoa jurídica de direito privado, responsável por congrega os profissionais de determinada área, visando atualização e aprimoramento profissional, através da promoção de eventos, cursos, vendas de publicações da área, criação de grupos de trabalho por áreas, etc. Também atua na divulgação da profissão, visando abrir vagas no mercado de trabalho, podendo disponibilizar bancos de currículos e divulgar vagas. Elas possuem cunho científico e o objetivo de reciclar os conhecimentos, atualizando os mesmos diante de uma sociedade que exige cada vez mais qualidade, especialização, excelência e competência.

As funções ou atribuições de uma associação são enumeradas pelo Conselho Regional de Educação Física em Santa Catarina (CREF3/SC) em sua página na internet, como sendo:

- Promover treinamento e aprimoramento do conhecimento;
- Representar a profissão em eventos e espaços políticos;
- Integrar profissionais através de encontros, simpósios, fóruns;
- Difundir resultados de pesquisas e inovações nas áreas de atuação;
- Contribuir com a sociedade na formação de profissionais aptos;
- Apoiar e promover atividades para melhorar o posicionamento dos profissionais e futuros profissionais no mercado de trabalho.

Do que se conclui que as associações, através da adesão de pessoas cujos interesses estão em um mesmo fim, convergem para o atendimento das aspirações dos seus associados, que buscam nela e através dela um maior engajamento para as suas demandas, pelo trabalho em conjunto, remetendo-nos à ideia de que a união de muitos produz resultados através do auxílio mútuo. WESTPHAL, SOUZA (2010), na pesquisa que realizaram sobre associações e associativismo no estado de Santa Catarina, concluíram que as associações alcançam resultados e privilégios concretos como, por exemplo, a melhoria das condições da categoria, a melhora das causas defendidas, e que

ao mesmo tempo em que os grupos buscam a melhoria das condições de vida e trabalho de forma objetiva, há um resultado qualitativo nas relações e interações entre os sujeitos, ou seja, no plano simbólico, subjetivo, da consciência, do compromisso, da participação e da solidariedade (WESTPHAL; SOUZA, 2010 p. 200).

No Brasil, os Conselhos Profissionais são os órgãos responsáveis por regular, fiscalizar e julgar o exercício profissional. Muitas profissões legalmente reconhecidas criam o Conselho Federal, que pode ter representação nos estados por meio dos Conselhos Regionais. Quando há a ausência desses Conselhos, as associações profissionais muitas vezes têm

ampliadas as suas atribuições como ocorre com as associações de arquivistas. O reconhecimento da profissão no Brasil se deu no ano de 1978, mas até hoje os profissionais de arquivo não têm um Conselho que exerça a função de órgão fiscalizador, demandando essa função para as associações que, além do seu papel de representar a categoria profissional, exercem a colaboração nas lutas a favor dos arquivistas e pelo reconhecimento de sua importância na sociedade (SOUZA, 2011).

Luchmann (2014) faz uma Síntese dos Tipos Associativos e seus efeitos democráticos, classificando-os como: Capital Social, Movimentos Sociais e Sociedade Civil, identificando que as associações que se dão de forma voluntária e sem fins lucrativos, que promovem a colaboração para o benefício mútuo e se baseiam na confiança, a solidariedade e espírito cívico, cuja ênfase é a cooperação, estas se enquadram no tipo Capital Social.

Um dos ingredientes principais da comunidade cívica é o associativismo voluntário, que limita – em uma leitura toquevilleana – o individualismo e a desconfiança que são corrosivos à sociedade democrática, **desenvolvendo comportamentos e atitudes pautadas na solidariedade e no engajamento comum**(grifo nosso) (LUCHMANN, 2014, p. 169).

Silva e Orrico (2012, p.104) observam que

A mediação construída entre o Estado e as pessoas organizadas coletivamente configura uma sociedade civil que carrega o peso da possibilidade e da impossibilidade de se realizar [...] no caso dos movimentos associativos de profissionais, há uma demanda por obter reconhecimento da atividade bem como divulgar suas funções especializadas.

É a partir das impossibilidades e/ou barreiras que a classe arquivística enfrenta no reconhecimento de sua atividade no mercado laboral, que o associativismo pretende transpor tais dificuldades e criar as possibilidades para as realizações em prol da categoria.

3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O ARQUIVISTA

Segundo Souza (2011, p.51) “No âmbito mundial, alguns teóricos defendem que o surgimento do arquivista está associado à criação de arquivos, ou seja, ao momento em que o homem começou a produzir e a custodiar documentos. [...]” A Bíblia Sagrada (Bíblia Sagrada, versão NVI) menciona no primeiro livro de Crônicas, “Josafá, o arquivista real” como um dos oficiais do Rei Davi; no segundo livro, “o arquivista real Joacaz”, um oficial do

Rei Josias. Michel Duchein considera que “a profissão de arquivista não é talvez a mais antiga do mundo, mas, inequivocamente, é tão antiga como a invenção da escritura, o que lhe assegura, como mínimo, uma existência de três ou quatro mil anos.” DUCHEIN (1991, apud SOUZA, 2011 p.53).

Souza (2011) faz um relato sobre o panorama da atuação do arquivista mostrando a criação do cargo em vários setores públicos no Brasil desde os tempos do Império. A criação do cargo de arquivista no Senado Federal se deu, no Arquivo Nacional, em 1959 (depois de 69 anos de sua existência); no Ministério das Relações Exteriores e no Ministério da Justiça e Negócios Interiores ambos no ano de 1941; em 1945, no Ministério da Fazenda. Em 1946 e 1947, em âmbito estadual, no Estado de São Paulo, em 1951, no estado da Bahia, em 1958 no município de Alegrete, no Rio Grande do Sul, em 1960 no Ministério da Aeronáutica, em 1968, no Arquivo do Serviço Administrativo no estado da Guanabara, atual Rio de Janeiro, em 1969 no Ministério da Saúde. Em 1971 um dos primeiros concursos para arquivista no Tribunal de Justiça do RJ, e no ano de 1974, no município de Assis, no estado de São Paulo.

Em 1978 deu-se o reconhecimento da profissão com a promulgação da lei 6546 que estabeleceu que o exercício da profissão é facultado aos que cursaram a graduação em Arquivologia.

Segundo Souza (2011) pesquisas realizadas no ano de 2006 sobre as demandas do mercado de profissionais da informação no Brasil revelaram um total desconhecimento das atribuições e perfil do arquivista, enquanto a totalidade deles reconhece a importância dos arquivos. No entanto, sendo os arquivos os lugares de informação constante em documentos nos mais diversos suportes, e sendo essas informações consideradas como um patrimônio informacional para o seu produtor, há que se considerar a necessidade de se ter um profissional arquivista.

O Arquivista delinea-se como profissional capaz de atuar em setores (públicos ou privados) da sociedade em que haja demanda de gerenciamento de sistemas de informação arquivística, sejam eles administrativos ou históricos, particulares ou de grupos empresariais, indústrias, e em todas as esferas públicas governamentais. Necessário se faz dominar as novas tecnologias aplicadas ao registro e recuperação da informação arquivística, bem como a capacidade de criar e inovar para atender às novas demandas da sociedade do próximo século (CONSEPE, 2008).

Um profissional que, conforme Bellotto (2006) possa intervir em toda a cadeia documental com o fim de se obter o princípio básico da gestão de documentos a qual objetiva

garantir e otimizar o pleno acesso à informação, além de ampliar a capacidade da gestão administrativa (MORENO, 2008).

3.1 A REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO NO BRASIL

A profissão de arquivista no Brasil é regulamentada pela Lei 6.546 de 04 de julho de 1978, a qual determina que é permitida a atuação àquele que for diplomado no Brasil, em graduação superior do curso de Arquivologia reconhecido na forma da lei como a condição para o exercício legal da profissão de arquivista. O artigo quarto da citada Lei, exige do profissional, o registro na Delegacia Regional do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.

O parágrafo segundo do Artigo 216 da Constituição Federal de 1988 dispõe que “cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a todos quantos dela necessitem”.

Para os arquivos privados, não há a obrigatoriedade do atendimento às exigências da Lei de Arquivos, ficando-lhes facultado estabelecerem seus próprios sistemas de arquivo e uma política de gestão de documentos com base nas diretrizes da lei. Bellotto (2006, p. 254-257), observa que, quanto aos arquivos privados, “a fixação de prazos e datas de transferência, desclassificação, destruição ou recolhimento, não é obrigatória, como deve ser no dos públicos” [...] e que “quanto ao recolhimento e à custódia dos arquivos privados, ressaltam-se os casos em que as próprias entidades econômicas ou sociais estabelecem um sistema interno de arquivos.”

A determinação da gestão documental para as instituições públicas por força de lei para os arquivos públicos, e a gestão documental para as empresas privadas seguindo as diretrizes legais, em ambos os casos, fortalecem a necessidade de que as instituições públicas e as privadas tenham profissionais arquivistas em seu quadro funcional.

4 ASSOCIAÇÕES ARQUIVÍSTICAS NO BRASIL E OS NÚMEROS DO ASSOCIATIVISMO

Com base na informação dada pelo Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão e-SIC, fornecida como resposta à nossa solicitação, o número de arquivistas e técnicos de arquivo no Brasil até a data de 31 de março de 2017, soma um total de 2746 arquivistas e 1605 técnicos de arquivo. Há que se considerar também, que esse total não significa o quantitativo real de profissionais concluintes do curso de arquivologia, visto que

muitos, após concluírem o curso, não fazem o seu registro profissional, e o registro como técnico de arquivo não exige a conclusão do curso, não obstante o graduando poder fazê-lo a partir de conclusão de 50% do curso da graduação.

A primeira associação de arquivistas no Brasil foi fundada no Rio de Janeiro, no ano de 1971, antes mesmo da regulamentação da profissão, que se deu no ano de 1978. A pioneira Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) não está mais atuando, encerrou suas atividades no ano de 2015. Atualmente, temos 12 associações, sendo duas delas em estados do país que ainda não oferecem o curso: no Ceará, a ARQUIVE-CE e em Goiás, a AAG.

Apresentamos a seguir, o panorama de arquivistas e técnicos de arquivos associados às associações de todo território nacional brasileiro, destacando o estado da Paraíba, objeto de nosso estudo.

Tabela 1 –Associações deArquivistas no Brasil, profissionais cadastrados e os números do associativismo.

REGIÃO	UNIVERSIDADE/ ESTADO	ASSOCIAÇÃO DE ARQUIVISTA	ARQUIVISTAS REGISTRADO NO MTE	TÉCNICOS DE ARQUIVO REGISTRADO NO MTE	QUANTITATIVO DE ASSOCIADOS
REGIÃO CENTRO OESTE	UnB (Distrito Federal)	ABARQ	497	92	Não informado
	UFG (Goiás)	AAG	4	3	40
REGIÃO SUL	UFRGS (Rio Grande do Sul)	AARS	341	91	80
	FURG (Rio Grande do Sul)				
	UFSM (Rio Grande do Sul)				
	UFSC (Santa Catarina)	AAESC	31	14	Não informado
	UEL (Paraná)	AAPR	97	2	Não informado
REGIÃO SUDESTE	UNIRIO, (Rio de Janeiro)	AAERJ	958	749	300
	UFF (Rio de Janeiro)				
	UFMG (Minas Gerais)	AMArq	49	27	Não informado
	UFES(Espírito Santo)	AARQES	178	57	164
	UNESP (São Paulo)	ARQ-SP	107	8	180
REGIÃO NORDESTE	UFBA (Bahia)	AABA	207	39	33
	UFC (Ceará)	ARQUIVE-CE	02	16	39
	UEPB (Paraíba)	AAPB	166	327	43
	UFPB (Paraíba)				
REGIÃO NORTE	UFPA (Pará)	Não há associação de arquivista	08	40	-
	UFAM (Amazonas)		35	57	-

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

A Tabela 1 representa os profissionais de Arquivos cadastrados no MTE e os números do associativismo pelas suas respectivas associações, são elas: Associação Brasileira de Arquivologia (ABARQ); Associação de Arquivologia do Estado de Goiás (AAG); Associação dos Arquivistas do Rio Grande do Sul (AARS); Associação de Arquivistas do

Estado de Santa Catarina (AAESC); Associação dos Arquivistas do Estado do Paraná (AAPR); Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro (AAERJ); Associação Mineira de Arquivistas (AMArq); Associação dos Arquivistas do Estado do Espírito Santo (AARQES); Associação de Arquivistas de São Paulo (ARQ-SP); Associação dos Arquivistas da Bahia (AABA); Associação de Arquivistas do Estado do Ceará (ARQUVICE-CE) e Associação dos Arquivistas da Paraíba (AAPB).

É possível observar que na região norte do país ainda não existe associações para a classe arquivística, o que pode ser explicado pela recente criação dos cursos de Arquivologia na Universidade Federal do Pará (UFPA) e Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

De acordo com a Tabela 1, as associações que não informaram seus respectivos números de associados são: ABARQ corresponde ao curso da Universidade de Brasília no Distrito Federal; a Associação que corresponde ao curso da Universidade Federal de Santa Catarina e ao estado, AAESC; a AAPR que representa a categoria vinculada à Universidade Estadual de Londrina do estado do Paraná, que pode ser explicada por sua reestruturação atualmente e, por fim, a que representa a classe do estado de Minas Gerais, a AMARQ.

Dentre os estados com mais registro de Arquivistas e conseqüentemente de técnico de arquivo no MTE até Março de 2017, destaca-se o Rio de Janeiro com 958 Arquivistas e 749 técnicos de arquivo, apresentando um baixo índice de associados, com apenas 300 na Associação dos Arquivistas de Estado do Rio de Janeiro (AAERJ). A justificativa de representar quantitativamente os maiores números tem relação com o pioneirismo do curso de Arquivologia no Brasil pela UNIRIO.

É importante perceber, também, que os números dos associados nem sempre condizem com os números de cadastrados no MTE, como é o caso da AAG; ARQ-SP e da ARQUVICE-CE. Isto ratifica a ideia de que esses números não representam a realidade, se levarmos em consideração os arquivistas ou técnicos de arquivos que não possuem cadastro no ministério.

Dentre as 12 associações apresentadas, abordamos neste trabalho a AAPB a seguir, por ser um estado que possui dois cursos de graduação em Arquivologia. Possibilitando discutir sobre esse panorama com base nos números apresentados na Tabela 1 e dentre outras informações.

4.1 OS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA E A CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS NA PARAÍBA

O Estado da Paraíba possui dois cursos de graduação em Arquivologia, sendo um na Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, a pioneira na criação do curso de arquivologia no Estado da Paraíba, e o outro na Universidade Federal da Paraíba – UFPB. O curso na UEPB teve início no ano de 2006, sendo o segundo curso do Nordeste, depois de decorridos dezenove anos da criação do primeiro na Universidade Federal da Bahia – UFBA em 1997. Na UFPB, o curso iniciou-se no segundo semestre do ano de 2008.

Depois de decorridos seteanos da criação do curso na UEPB, foi criada a Associação dos Arquivistas da Paraíba (AAPB) no ano de 2013.

A AAPB, pessoa jurídica sem fins lucrativos é constituída, de acordo com o código civil Capítulo II, Das Associações, artigos 53 a 61, pela união voluntária de pessoas com o mesmo fim. Foi criada em novembro de 2013, e o seu estatuto estabelece as finalidades de sua criação. Com base no Inc. II, artigo segundo, objetiva “contribuir para o desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional, técnico e científico dos Arquivistas, dos Arquivos e da Arquivologia.” Ainda no artigo segundo, outras finalidades são enumeradas, sendo elas: congregar arquivistas e profissionais, defendendo os seus interesses; cooperar com entidades públicas e privadas na solução de problemas relacionados aos Arquivistas, aos Arquivos e à Arquivologia; organizar congressos, conferências, palestras, simpósios, mesas redondas, seminários, encontros e outros eventos para contribuir no desenvolvimento e o aperfeiçoamento profissional no campo do Arquivologia; promover intercâmbio; promover cursos de capacitação; colaborar com o Arquivo Nacional, os Arquivos Estaduais e Municipais, o Conselho Nacional de Arquivos no desenvolvimento de políticas de Arquivo.

Identificadas as finalidades para as quais a AAPB se constituiu no ano de 2013 com comissão provisória para o ato de sua fundação, após decorridos dois anos, foi eleita a sua primeira diretoria para o biênio 2015-2017. Ao fim desse período, ocorreu eleição de nova diretoria para o biênio 2018-2020 cuja posse ocorreu em 07 de março de 2018, tendo, dentro de suas atribuições para o ano de 2018, a organização do VIII Congresso Nacional de Arquivologia (CNA) sediado em João Pessoa-PB entre os dias 08 e 11 de outubro, e atividades como a Semana Nacional de Arquivos no mês de junho, um evento de comemoração dos 40 anos da promulgação da Lei 6546/78 e o Dia do Arquivista a ser celebrado em 20 de Outubro.

A AAPB, no exercício de suas funções tem desempenhado o papel de órgão voltado para os interesses da classe arquivística na Paraíba, com ações que buscam valorizar e dar visibilidade ao arquivista no exercício da profissão.

O exercício profissional do arquivista no Brasil não conta com um órgão fiscalizador, ainda que algumas das associações cumpram o papel de identificar os editais que se revelem fora dos padrões e que, além disso, reúnam as atribuições ou requeiram outros profissionais para o exercício da arquivística [...]. (SOUZA, 2011, p. 22).

Dentre as demandas na AAPB, a de maior volume tem sido os editais de concursos públicos lançados equivocadamente quanto à função do arquivista, suas atribuições e quanto à remuneração.

4.2 O ASSOCIATIVISMO NA PARAÍBA

Ao se considerar o quantitativo de graduados na Paraíba até o período 2017.1, refletido pelo número dos concluintes dos cursos oferecidos pelas duas Universidades no estado, (393 na UEPB e 209 na UFPB) perfazendo um total de 602 concluintes; considerando-se o quantitativo dos registros no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) tanto para arquivista (166 registros) como para técnico de arquivo (327 registros); considerando-se o quantitativo de associados na AAPB (43 associados), este número significa um percentual de apenas 7,14% de associados em relação aos graduados. Percebe-se uma disparidade que provoca uma reflexão quanto à percepção e compreensão do profissional de arquivo com relação ao associativismo. Esta reflexão demanda um estudo posterior cujo objetivo específico seja a análise deste fenômeno.

No estado da Paraíba, o Ministério do Trabalho informa o registro de 166 na categoria de arquivista e 327 na categoria de técnico de arquivo. Levando-se em conta que muitos arquivistas têm também, o registro como técnico de arquivo, o que configura os dois registros (em categorias diferentes) para uma mesma pessoa. Para efeito comparativo entre o número de concluintes nas duas instituições que oferecem o curso no estado, que somam 602, para o número 166 com o registro de arquivista, ainda há uma grande defasagem.

Nesse contexto, percebemos que há um grande número de registrados no MTE na categoria ‘técnicos de arquivos’ em relação aos ‘arquivistas’ na AAPB, o que pode ser compreendido pela condição de ser registrado como técnico de arquivo a partir da conclusão

de 50% do curso de graduação. Porém, apesar dos números serem satisfatórios em registro no MTE mesmo que não represente a realidade, o número de associados é muito baixo, o que impossibilita a cooperação abordada por Luchmann (2014) entre a classe, por meio da associação.

É possível identificar na Tabela 1 o quantitativo de registros tanto para arquivistas como para técnico de arquivo. Mas, como dito anteriormente, o somatório por estado, não significa um número real de concluintes da graduação, já que dentre os registros de técnico podem estar incluídos, arquivistas que fizeram ambos os registros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou apresentar além dos termos conceituais, algumas considerações sobre o associativismo no Brasil, com um viés voltado para a classe arquivística, com comparativos entre os números de egressos do curso, registros no Ministério do Trabalho e os filiados às associações de cada estado, mais especificamente, na Paraíba.

O estudo também possibilitou uma breve discussão sobre o panorama atual do associativismo da classe arquivística no estado da Paraíba, porém, buscamos compreender como se apresenta a atual conjuntura das associações dos arquivistas em nível nacional, possibilitando a abrangência desse trabalho.

Com base nos resultados, podemos inferir que em termos de associativismo, tanto em nível nacional, como mais especificamente no estado da Paraíba, os números são abaixo da média, o que inviabiliza o fortalecimento da classe e dificulta a possibilidade de um futuro conselho profissional da categoria. É preciso que estes profissionais lutem pelos seus direitos associando-se a quem busca o crescimento e a visibilidade da área.

Salientamos que não foi objetivo da pesquisa discutir acerca do papel dos técnicos de arquivos, já que iríamos considerar a princípio, apenas os Arquivistas. No entanto, consideramos que foi fundamental apresentar os dados de técnicos de arquivos associados nas associações, e mais precisamente no estado da Paraíba para compreendermos melhor seu atual cenário do associativismo.

Estudos futuros podem ser elaborados junto aos profissionais, para que se procure conhecer as razões por ainda um número tão significativo de arquivistas não estarem associados e engajados nas lutas das Associações da classe, a fim de trazer força e visibilidade nos vários segmentos no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

- Associação dos Arquivistas da Paraíba AAPB. **Estatuto**. 19 nov. 2013.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes: Tratamento documental**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 320 p.
- BIBLIA SAGRADA. **Nova Versão Internacional (NVI)**. Disponível em: <<https://www.bibliaonline.com.br/nvi/2cr/34>>. Acesso em: 08 maio 2018.
- BRASIL. **Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978**. Dispõe sobre a regulamentação das profissões de arquivista e de técnico de arquivo. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6546.htm>. Acesso em: 09 abr. 2018.
- BRASIL. **Decreto 82590 de 06 de novembro de 1978**. Regulamenta a Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de arquivista e de técnico de arquivo. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/d82590.htm>. Acesso em: 09 abr. 2018.
- CÓDIGO CIVIL E NORMAS CORRELATAS. – 7. ed. – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 372 p. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/525763/codigo_civil.pdf>. Acesso em: 21 maio 2018.
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). **Associações de Profissionais de Arquivologia**. Disponível em: <<http://www.conarq.gov.br/index.php/links-uteis/391-associacoes-de-profissionais-de-arquivologia>>. Acesso em: 29 abr. 2018.
- CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM SANTA CATARINA (CREF3/SC). **Você sabe as diferenças entre Conselho Profissional, Sindicato e Associações?** Disponível em: <<https://www.crefsc.org.br/voce-sabe-as-diferencas-entre-conselho-profissional-sindicato-e-associacoes/>>. Acesso em: 22 abr. 2018
- CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DO MARANHÃO (CREFITO16). **A Diferença entre Associação, Conselho e Sindicato**. Disponível em: <http://crefito16.gov.br/site/index.php/2016/02/02/veja-a-diferenca-entre-conselho-associacao-e-sindicato/>. Acesso em: 22 abr. 2018.
- EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ARQUIVOLOGIA (ENEA). **Associações de Arquivistas no Brasil**. Disponível em: <<http://enea-brasil.blogspot.com.br/p/associacoes-de-profissionais-de.html>>. Acesso em: 22 abr. 2018.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- EVANGELISTA, Kelly Cristiny Martins; BAPTISTA, Tadeu João Ribeiro; VERISSIMO, Jean Fabricio Dias. **O indivíduo como ser social**. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/319270521_O_INDIVIDUO_COMO_SER_SOCIAL>. Acesso em: 08 maio 2018.

LUCHMANN, Lígia Helena Hahn. ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE O ASSOCIATIVISMO E SEUS EFEITOS DEMOCRÁTICOS. **Revista Brasileira De Ciências Sociais**, v.29, n. 85, 2014.

MARQUEZAN, Reinoldo; RAMPELOTTO, Elisane Maria; TONINI Andréa. SALA DE AULA. **Revista do Centro de Educação**. Cadernos: edição: 2001, N. 17. Disponível em: <<http://coralx.ufsm.br/revce/ceesp/2001/01/a5.htm>>. Acesso em: 29 abr. 2018.

MEDEIROS, Alexsandro M. SABEDORIA POLÍTICA... **Aristóteles**. Disponível em: <<https://www.sabedoriapolitica.com.br/filosofia-politica/filosofia-antiga/aristoteles/>>. Acesso em: 29 de abr. 2018.

MORENO, Nádina Aparecida. Gestão documental ou gestão de documentos: trajetória histórica. MORENO, Nádina Aparecida; BARTALO, Linete (Orgs.). **Gestão em Arquivologia: abordagens múltiplas**. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina, 2008.vp. 73-88.

SILVA, Eliezer Pires da; ORRICO, Evelyn Goyannes Dill. Associação dos Arquivistas no Brasil na década de 1970. **Revista Ibero Americana de Ciência da Informação**. Brasília, v. 5, n. 2, jul./dez.2012. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/7972/6583>>. Acesso em: 22 maio 2018.

SOUZA, Katia Isabelli Melo de. **ARQUIVISTA, visibilidade profissional: Formação, associativismo e mercado de trabalho**. Brasília: Starprint, 2011. 252 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO. **Resolução 42/2008**. Aprova o Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação em Arquivologia, na modalidade Bacharelado, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Campus I, desta Universidade. <http://www.ufpb.br/sods/consepe/resolu/2008/Rsep42_2008.htm>. Acesso em: 20 maio 2018.

WESTPHAL, Vera Herweg; SOUZA, Josué de. Associações e Sindicatos de Trabalhadores em Blumenau: Trajetórias e Atualidades. In: ANDRADE, Ednara Terezinha; SANTOS, Nelson A. Garcia. (Org.) **Associativismo Civil e Movimentos Sociais em Blumenau: História, Organização e Mecanismos de Participação**. Florianópolis: Insular, 2010. 252 p.